

# O discurso estratégico: a função da linguagem na arte de escrever de Maquiavel

*José Luiz Ames<sup>1</sup>*

**RESUMO:** Maquiavel tem a pretensão de ser radicalmente novo. Feito um príncipe novo num Estado, tem a missão de subverter de cima abaixo a ordem instituída. Para preservar sua segurança, obriga-se a comunicar seu pensamento usando de artifícios que o coloquem ao abrigo da repressão das autoridades estabelecidas. Deste modo, a obscuridade algumas vezes presente na sua obra é premeditada e está a serviço de uma estratégia. A hipótese de leitura que examinamos é de que a estrutura de seu discurso comporta dois registros fundamentais: a dissimulação e a persuasão. Ambos estão a serviço da mesma estratégia de ensinamento: mostrar de que forma a ação política pode estabelecer os novos fundamentos da política capazes de subverter as formas antiquadas de organização do poder.

**PALAVRAS-CHAVE:** Linguagem política; Persuasão; Dissimulação; Estratégia.

**ABSTRACT:** Machiavelli has the pretension of being radically new. Because he was made a new prince in a State, he has the mission of subverting the whole instituted order. To preserve his safety, he assumes an obligation to communicate his thought using of artifices that put him to the shelter of the repression of the established authorities. This way, the obscurity sometimes present in his work is premeditated and it is to the service of a strategy. The reading hypothesis that I examined is that the structure of his speech holds two fundamental registers: the dissimulation and the persuasion. Both are to the service of the same teaching strategy: to show in what ways the political action can establish the new foundations of the politics capable to subvert the awkward forms of organization of power.

**KEYWORDS:** Political language; Persuasion; Dissimulation; Strategy.

Como ler Maquiavel? A pergunta certamente é pertinente em relação à interpretação de qualquer obra de pensamento. Em Maquiavel, porém, ela adquire uma importância singular em virtude das características peculiares de sua arte de escrever. Os artifícios dos quais ele se serve exigem um exercício cuidadoso de interpretação para captar seu ensinamento, o qual nem sempre é encontrado nas lições expressamente afirmadas. Este aspecto já foi notado por outros intérpretes, particularmente Leo Strauss e Gérard Colonna d'Istria.

Maquiavel tem a pretensão de ser radicalmente novo, de “percorrer um caminho ainda não trilhado por ninguém”, como anuncia na Introdução ao livro I dos *Discursos*. Ele compara a tarefa a que se propõe, de buscar *modi ed ordini nuovi*, aos perigos aos quais se expõe aquele que “busca águas e terras desconhecidas” (*Discursos* livro I, Introdução).<sup>1</sup> Não há nada mais difícil e mais perigoso do que colocar-se à frente de um empreendimento novo, confessa em *O Príncipe*: “devemos convir que não há coisa mais difícil de se fazer, mais duvidosa de se alcançar, ou mais perigosa de se manejar do que ser o introdutor de uma nova ordem” (*O Príncipe* capítulo VI).<sup>2</sup> Ora, na medida em que Maquiavel se apresenta como um homem que descobriu um novo “continente político”, na feliz expressão de Strauss, sua condição torna a sua situação semelhante a do “príncipe novo”. Este, tendo por tarefa subverter de cima abaixo a ordem instituída, expõe-se aos maiores perigos e deve juntar a astúcia à violência para preservar sua segurança. Por esse motivo, Maquiavel obriga-se a comunicar seu pensamento usando de artifícios que o coloquem ao abrigo da repressão das autoridades estabelecidas: preocupado em descobrir os princípios novos, não pode, sem risco e a menos que queira transformar-se em mártir, atacar de frente ou abertamente o poder instituído e os defensores irrestritos da tradição. Esta limitação faz com que adote uma “via oblíqua” para comunicar seu pensamento.

Compreendemos assim que a obscuridade algumas vezes presente na sua obra é premeditada e está a serviço de uma estratégia. Além da dissimulação, a arte de escrever de Maquiavel compreende ainda um segundo registro, a persuasão: adota uma técnica retórica tradicional, porque ela lhe oferece, de um lado, os meios de expor, num quadro aceitável, seu ensinamento novo e, de outro, os recursos para persuadir seus interlocutores. Um e outro registro, dissimulação e persuasão, estão a serviço da mesma estratégia de ensinamento: mostrar de que forma a ação política pode estabelecer os *modi ed ordini nuovi* capazes de subverter os *modi ed ordini antiquati*.

## A ESTRATÉGIA DA DISSIMULAÇÃO

A dissimulação não é uma arte de escrever de maneira obscura, mesmo porque Maquiavel deve tornar de algum modo inteligível seu ensinamento. Por isso, ela consiste antes e acima de tudo em dirigir-se a um certo grupo de leitores em condições de descobrir aquilo que o leitor comum dificilmente seria capaz de perceber. Para interpretar adequadamente sua obra, é preciso estar atento aos sinais que nos apontam para o não dito. O não dito é o conteúdo pensado de maneira clara pelo autor da obra, mas que está oculto, ou quase, para o leitor. No entendimento de Strauss, estes sinais são inicialmente equívocos, que podem ser de diferentes espécies: “falsas citações, erros em relação a nomes ou acontecimentos, generalizações apressadas, omissões injustificadas, etc.” (STRAUSS, 1958, p. 36). Além destes, os sinais podem ser encontrados, na opinião deste mesmo intérprete, nas contradições, nas citações truncadas, em deformações do texto de Tito Livio, nas divergências entre o tema anunciado no título dos capítulos e o conteúdo efetivamente tratado, nas digressões. Além de tudo isso, e sem examinar cada um desses sinais sugeridos por Strauss, pensamos que é suficiente o exame de duas características da arte de escrever de Maquiavel para compreender sua estratégia da dissimulação: o modo de indicar sua própria tese não extraindo dela todas as conseqüências possíveis; e a forma de enfrentar uma autoridade opondo-lhe outra autoridade.

## O DITO NO NÃO-DITO

A leitura de *O Príncipe*, particularmente do capítulo XV, facilmente pode levar-nos à idéia de que o ponto de partida da reflexão de Maquiavel é a realidade circundante, presente. Esta percepção está correta desde que compreendamos adequadamente o que Maquiavel entende por isso. Uma leitura atenta, particularmente do último capítulo da obra, nos revela que o presente está diante dos olhos do autor sob uma dupla face: o dado, o já constituído pelo processo histórico; e o futuro, o não dado ainda, mas em processo de constituição. O ponto de partida do florentino é, pois, esse real cindido no qual o futuro não é uma imagem abstrata de um mundo indefinido e distante, mas concreto e tão próximo a ponto de tornar-se presente: a Itália unida e forte, que ele vê latente nas repúblicas e reinos desarticulados e enfraquecidos de seu tempo. Este ideal, ou, para dizer de modo mais

preciso, o contraste deste ideal com a realidade contemporânea de uma Itália cercada por potências politicamente unificadas, é o ponto de partida de Maquiavel e segundo o qual organiza e estrutura os elementos de sua análise. Ora, a grande responsável pela divisão da Itália em inúmeros pequenos Estados e a principal interessada em manter inalterada essa situação é, de acordo com o diagnóstico de Maquiavel, a Igreja.<sup>3</sup> Conseqüentemente, a solução para o estabelecimento de uma autoridade forte com vistas à unificação da Itália passa necessariamente pela destruição do poder da Igreja. Na impossibilidade de Maquiavel poder dizer isso com todas as letras, e de extrair todas as conseqüências dessa conclusão em virtude da possibilidade de sofrer a repressão do poder eclesiástico, se utiliza habilmente da estratégia da dissimulação. O exemplo do frei Girolamo Savonarola,<sup>4</sup> condenado à morte e executado em praça pública devido às críticas severas feitas por ele aos costumes mundanos da cúpula da Igreja, estava vivo na memória de Maquiavel, como o atestam as inúmeras referências que faz ao frade.

Podemos confirmar esta hipótese pela leitura de uma seqüência de quatro capítulos de *O Príncipe*. Assim, sob o pretexto de analisar os erros cometidos pelo rei da França, por ocasião da conquista de Milão, Maquiavel recomenda ao príncipe novo “fazer-se chefe e defensor dos vizinhos mais fracos e empenhar-se em enfraquecer os poderosos” (*O Príncipe* III). No capítulo seguinte, sob a alegação de comparar as dificuldades encontradas na conquista de um país regido tal como a Pérsia e a França, demonstra que a Itália não poderia ser unificada e mantida na disciplina, senão ao preço de uma política resolvida de “exterminação das famílias reinantes” (*O Príncipe* IV); ou seja, destruir os domínios feudais representados pelos pequenos Estados da península. Em seguida, com o fim aparente de examinar o caso particular que os Estados republicanos apresentam para o conquistador, Maquiavel ensina que os regimes livres oporiam tal resistência à conquista que não existiria “meio seguro de dominá-los, exceto a ruína” e até mesmo a “dispersão de seus habitantes” (*O Príncipe* V); isto é, a destruição das repúblicas independentes da Itália. Por fim, ao fazer a análise da política de César Borgia, sugere que ela estava destinada ao fracasso pelo fato de ser dependente do poder do papa Alexandre VI; quer dizer, deixa entender que a condição de êxito está na destruição do poder eclesiástico (*O Príncipe* VI).

Assim, servindo-se habilmente do recurso de deixar entender, de deixar pistas para que o não dito (mas efetivamente intencionado) possa ser deduzido do dito, Maquiavel leva seu leitor a uma conclusão demasiadamente perigosa, ou

explosiva, para ser enunciada claramente: para que a Itália pudesse sair de sua condição atual, “mais escrava do que os hebreus, mais serva do que os persas, mais dispersa do que os atenienses, sem chefe, sem ordem, derrotada, espoliada, dilacerada, devastada” (*O Príncipe* XXVI), e se constituísse numa nação unificada e forte, seria necessário que os Estados pontifícios fossem secularizados, a nobreza feudal extinta, as liberdades destruídas e o poder papal abatido.

Os capítulos finais dos *Discursos* oferecem outro exemplo para ilustrar o emprego desta mesma estratégia da dissimulação. A oportunidade para esse exame é dada pelo estudo das circunstâncias e dos responsáveis pela derrocada da república florentina em 1512 e até que ponto teria sido possível aos dirigentes uma iniciativa para contê-la. Como sempre, a estratégia refere uma ordem de meios a serviço de um ensinamento: quem se ocupa da ação política deve convencer-se de que a política segue a lógica da guerra. Por isso, assim como a guerra não se decide unicamente no choque das armas, mas exige astúcia para identificar os disfarces e as intenções do inimigo, a política não se resolve unicamente na correlação de forças, mas precisa identificar os verdadeiros propósitos daqueles que se aproximam do poder.

Sob o pretexto de querer examinar a conduta de um conselheiro que orienta um governante no poder, Maquiavel enuncia o verdadeiro tema de seu discurso:

Matéria demasiadamente longa e elevada seria a de discorrer sobre os perigos de assumir a iniciativa por alguma coisa nova que atinja muitas pessoas, bem como sobre a dificuldade de tratá-la, realizá-la e, depois, mantê-la. Por isso, reservo-lhe oportunidade mais conveniente, falando aqui tão-somente dos perigos em que incorrem os cidadãos ou aqueles que aconselham o príncipe a tomar alguma grave e importante decisão, de tal modo que a responsabilidade do conselho lhes seja imputada (*Discursos* III, 35).

A observação da qual Maquiavel parte é o dilema no qual se encontra o conselheiro (ele próprio enquanto servia a república e agora com sua obra): calar-se, para garantir sua segurança e trair então seus deveres para com o Estado, ou recomendar a opção por um partido e atrair com isso sobre si o ódio da maioria. Na solução que sugere, descobrimos não só a autodefesa de sua função enquanto funcionário da república,<sup>5</sup> mas igualmente a estratégia que preconiza agora na sua obra: o conselheiro não deve nem silenciar, nem declarar sua opção, mas simular o exame das diversas partes com imparcialidade, de modo que a escolha que “a cidade ou o príncipe adota, pareça uma decisão voluntária” (*Discursos* III, 35). A questão decisiva cujo exame expõe o conselheiro (e o autor da obra) a grandes

perigos, concerne à estratégia do reformador republicano, chefe de uma ação nova que precisa ser “levada a bom termo”. Esta ação está ameaçada, pois não pode contar com o tempo para evidenciar sua verdade, já que precisa colocá-la em jogo “aqui e agora”. No exemplo em questão, o inimigo que ameaça a ação nova não é tanto o do exterior, o espanhol, que em 1512 marchou sobre a cidade de Prato e pôs em xeque Florença, mas o do interior. Dentre os inimigos internos, uma parte está claramente identificada: são os partidários dos Medici. Estes, porém, dificilmente poderiam ser considerados os verdadeiros inimigos internos, porque suas opiniões eram conhecidas e sua conspiração visível, a tal ponto que a *Signoria*<sup>6</sup> havia aprisionado um grande número deles “por suspeita de amizade com os Medici”.<sup>7</sup> Os inimigos mais perigosos eram seguramente aqueles que fingiam sustentar o regime. Como identificá-los?

Quando temos presente que, para Maquiavel, a guerra oferece um equivalente da política e que, conseqüentemente, a estratégia do capitão na guerra é semelhante a do reformador político, suas considerações acerca da astúcia e das armadilhas apresentam sinais seguros de seu ensinamento. A imagem das armadilhas para descrever situações diversas nas quais um capitão se deixa enganar por estratégias ou consegue desmascará-los é, na verdade, uma estratégia para levar o leitor a entrever o que o autor não pode apresentar expressamente: o combate político no qual a república florentina se precipita nas vésperas da invasão espanhola. Maquiavel sabia que era preciso usar de astúcia para falar desta questão em razão do perigo ao qual estava exposto denunciando homens, famílias e facções que ainda estavam vivas e ativas na época em que escrevia.

Assim, Maquiavel empresta de Tito Livio o exemplo da ação do tribuno Publio Décio durante a guerra contra os samnitas para ilustrar a lição acerca das armadilhas e da astúcia: tendo este comandante percebido que o exército romano estava se encurralando num vale, avistou uma colina que lhe dava acesso, apoderou-se dela e levou as tropas à vitória. Durante a noite, disfarçado de simples soldado, “para que os inimigos não o reconhecessem” (*Discursos* III, 39), foi espionar o movimento dos adversários. No capítulo seguinte o autor nos apresenta pela segunda vez o exército romano às voltas com os samnitas, agora enredado numa armadilha: com o objetivo de encurralar o exército romano num desfiladeiro, o comandante samnita Poncio “mandou que alguns de seus homens se disfarçassem de pastores” (*Discursos* III, 40). Presos pelos soldados romanos e inquiridos acerca do exército samnita, os falsos pastores responderam-lhes que este estava “assediado Nocera”. Acreditando na versão dos “pastores”, foram atraídos para as gargantas do desfiladeiro e dominados completamente pelas tropas samnitas. Para justificar a concor-

dância com as condições ignominiosas impostas pelos samnitas para libertar o exército romano, o comandante das tropas valeu-se do argumento de que “sempre se defenderá bem a pátria, seja qual for o modo como ela for defendida, com ignomínia ou com glória” (*Discursos* III, 41). Uma vez de volta a Roma, o cônsul convence o Senado a violar os acordos firmados sob a justificativa de que “não é vergonhoso deixar de cumprir as promessas impostas pela força; e as promessas forçadas que disserem respeito ao público, quando tal força deixar de existir, serão rompidas, sem que isso seja vergonhoso para quem as rompe” (*Discursos* III, 42).

Os sinais deixados por Maquiavel nos capítulos referidos são suficientes para permitir que o leitor capte aquilo que ele está impedido de declarar abertamente. O primeiro exemplo ilustra a habilidade de um chefe que não hesita em se privar dos sinais exteriores da autoridade para escapar da identificação pelo inimigo. Bem diversamente de Soderini diante da ameaça espanhola, Publio Décio alia a prudência à audácia não se deixando cegar por uma glória vazia; agindo assim, ele persegue unicamente a salvação pública. Diante das exigências impostas pelo exército espanhol para não invadir Florença - de que Soderini rompesse a aliança com os franceses e que renunciasse ao poder -, o chefe do Estado florentino respondeu soberbamente aos embaixadores “que não havia chegado a esse cargo nem pelo emprego de astúcia, nem pelo uso da força, mas que havia sido alçado a ele pelo povo e, por isso, mesmo que todos os reis do mundo juntos lhe ordenassem a renúncia, jamais o faria, a menos que o povo assim o quisesse”.<sup>8</sup> Reunido o Conselho e apresentada sua renúncia, a proposta foi recusada por unanimidade, “tendo todos se oferecido a dar até a vida para defendê-lo”.<sup>9</sup> Mesmo quando os embaixadores espanhóis reduziram suas exigências “a uma certa soma de dinheiro”, a convicção de uma vitória fácil cegou os dirigentes florentinos: as informações de que o exército espanhol era fraco e “morria de fome”, inspirou “tanta confiança no *gonfaloniere* e na multidão”,<sup>10</sup> que nada era capaz de movê-lo a firmar a paz.

O segundo exemplo, dos soldados samnitas disfarçados de “pastores”, dá as pistas para compreender o motivo de tamanha obstinação. Ainda que não seja possível identificar nominalmente os “falsos pastores” de Florença, as referências são suficientes para perceber que se trata de um grupo que aparentemente hipotecava total solidariedade a Soderini a ponto de oferecer-se a “morrer para defendê-lo”. Bastou, por exemplo, a queda da cidade de Prato para que, subitamente, toda vontade de resistência se desvanecesse e que o próprio Soderini, sem que o exército florentino tivesse resistido e sem que uma assembleia exigisse sua renúncia, consentisse em fugir.<sup>11</sup> Deixando de lado as suspeitas que semelhan-

te comportamento levanta, Maquiavel evidencia com muita clareza que faltou a Soderini a habilidade elogiada nos capitães romanos do terceiro exemplo acima referido: diante da exigência imposta pelo exército espanhol, de romper com a aliança francesa e abandonar o cargo, deveria ter aceitado o acordo e tê-lo violado posteriormente, tal como o fizeram os romanos em relação aos samnitas, tão logo “cessasse a pressão da força”. Na verdade, não compreendeu que a política é uma guerra e, tal como nesta, aquela não se decide somente pela correlação de forças.

#### AUTORIDADE E CONTRA-AUTORIDADE

A estratégia da dissimulação se realiza por mais um artifício: opor a uma autoridade dada, outra. Não podendo atacar diretamente determinada verdade sustentada pela autoridade vigente (ou reconhecida pela tradição), ou não podendo extrair todas as conseqüências da crítica feita a ela, faz-se o elogio de uma outra, ou de uma tradição oposta. De alguma maneira, sua arte de escrever imita o exemplo dos escritores antigos sob o Império Romano, que Maquiavel faz questão de lembrar: não podendo condenar o tirano, celebravam os inimigos do tirano, fazendo, por exemplo, o elogio de Bruto, “uma vez que, não podendo condenar aquele, devido ao seu poder, celebravam seu inimigo” (*Discursos I, 10*). A mesma estratégia é utilizada por Maquiavel na sua crítica à Igreja: tempera seu ataque a ela fazendo apelo ao cristianismo primitivo e modera o ataque que lança contra a religião bíblica louvando o paganismo. A função exercida por este “servia para comandar os exércitos e infundir ânimo na plebe, para manter os homens bons e fazer com que os maus se envergonhem” (*Discursos I, 11*). A excelência desse uso é ainda mais destacada quando se observa a função exercida pela religião cristã entre os italianos: “os maus exemplos daquela corte [da cúria romana] fizeram com que a Itália perdesse toda devoção e toda religião”, tornando aquele povo “irreligioso e malvado”, além de “ter mantido sempre dividido nosso país” (*Discursos I, 12*).

Este é o fundo sobre o qual Tito Livio aparece. O historiador romano, ao referir os *modi ed ordini* religiosos dos antigos, é invocado como uma autoridade contra os *modi ed ordini* religiosos dos modernos; quer dizer, contra os “métodos e sistemas” da autoridade eclesiástica católica. É na seqüência do texto do florentino que vamos descobrir os motivos e a novidade de sua crítica radical ao cristianismo.<sup>12</sup> Maquiavel parte do pressuposto de que a única finalidade legítima da reli-



gião é “permitir a exaltação e defesa da pátria” (*Discursos II, 2*). Ora, considerando a função exercida historicamente pelo cristianismo, é preciso descobrir se o descumprimento dessa finalidade é devido a algo intrínseco à natureza da religião cristã ou se é devido a algum equívoco das autoridades religiosas no ensino da fé. Para responder a essa questão, Maquiavel contrasta o cristianismo ao paganismo: enquanto o último, ao reforçar o amor a este mundo, tornava fácil a dedicação ao bem comum e o culto à pátria, o primeiro parece inspirar aos homens o desprezo por este mundo e o desejo da glória celeste: “a totalidade dos homens, para ir ao paraíso, prefere suportar as opressões a vingar-se delas” (*Discursos II, 2*). O cristianismo cria no homem uma espécie de dupla cidadania que o desagrega e lhe faz perder o sentido das virtudes deste mundo, torna-o prisioneiro de uma visão de tempo e de história que engendra a fraqueza e a esperança passivas. Assim, incapaz por natureza de realizar a finalidade precípua de toda religião, o cristianismo é incompatível com as *ordini ed modi nuovi* de qualquer fundação política que eleja o bem-estar terreno como meta de sua ação.

#### A ESTRATÉGIA DA PERSUASÃO

O segundo registro que constitui a estrutura do discurso maquiaveliano, a persuasão, revela em Maquiavel o homem do século XVI, que participa de uma cultura humanista e na qual a retórica ocupa um lugar essencial. Maquiavel, como homem de letras, conhecia os gêneros obrigatórios e as regras tradicionais às quais toda obra, por mais inovadora que quisesse ser, deveria sempre se sujeitar.

Assim, uma primeira estratégia da arte da persuasão é a de incluir cada obra num gênero literário determinado para apresentar-se como herdeira da tradição humanista florentina. Este acordo formal com as técnicas de exposição, as maneiras convencionais de abordar e de tratar os problemas políticos, pode ser encontrado em cada um de seus livros. Em cada um deles a tradição se faz presente e é habilmente retomada por Maquiavel, concedendo aos quadros formais destes gêneros literários um respeito às vezes aparente e outras real, de acordo com as conveniências, para propor seu ensinamento novo.

Abordado sob este ângulo, identificamos em *O Príncipe* uma obra que pertence ao gênero convencional conhecido por “espelho de príncipe”. Tal como em qualquer obra deste gênero, também nesta encontramos a idéia de propor

conselhos aos príncipes; uma carta dedicatória ao protetor; um exame das formas de governo; um modelo de príncipe ideal; a descrição das qualidades e virtudes morais e religiosas que ele deve possuir, etc.

Igualmente os *Discursos sobre a Primeira Década de Tito Livio*, segundo um renomado historiador, “copiam a forma de um gênero literário extremamente difundido: o comentário de um autor clássico”.<sup>13</sup> *Histórias Florentinas* também se enquadra num gênero conhecido pelo humanismo do “Quatrocentos”, as *storie vere*, como ressalta Nelson Canabarro na sua “Apresentação” à edição brasileira da obra:

[Maquiavel] concordava com os historiadores humanistas que uma História tivesse de ter uma utilidade política e ensinar alguma coisa. Como as obras desses historiadores, a sua também é dividida em livros, está bordada de discursos, com a melhor retórica *d'obli*go (...), e cada livro tem um primeiro capítulo com reflexões gerais, filosóficas (CANABARRO, 1994, P.10).

*Da Arte da Guerra*, única obra política escrita na forma de “diálogo”, pertence também, segundo Edmond Barincou, a um gênero conhecido em Florença desde o século XIV, com as falas espirituosas dos narradores do “Decamerão” de Boccaccio, antes e depois de cada uma das novelas, retomado em 1441 por Leon Battista Alberti no seu tratado “Della Famiglia” (BARINCOU, 1991, p. 77).

Desde o ponto de vista formal, não há, portanto, propriamente inovação nas obras de Maquiavel: cada uma delas pertence a um gênero literário conhecido e difundido na época. Quando observamos, porém, o tratamento que ele confere aos temas notamos que subverte as lições que a tradição consagrara em gêneros semelhantes. Na medida em que a aproximação aos gêneros literários e às regras da arte de exposição exigidas pela tradição se limita aos aspectos formais, precisamos ficar atentos aos motivos dessa aproximação.

Trata-se de uma opção deliberada em favor de uma estratégia: Maquiavel esposa as técnicas tradicionais, porque estas lhe proporcionam os meios de penetração nos círculos letrados de sua época e, por isso, um eficiente recurso de persuasão de seus leitores. A propriedade dessa hipótese fica reforçada quando observamos o modo de tratamento de certos temas nas suas obras. A estratégia normalmente é a mesma em todas as ocasiões: Maquiavel se aproxima de uma verdade consagrada pela tradição, ou tida em alta consideração por seus leitores e interlocutores, dando a impressão de assumi-la, mas extrai dela um ensinamento geralmente oposto ao consagrado e com o qual anuncia os *modi ed ordini nuovi* da fundação política. A análise do capítulo II de *O Príncipe* oferece um bom exemplo desse procedimento.

No capítulo I, após classificar todos os Estados, antigos e modernos, em duas categorias (repúblicas e principados), distingue os últimos em vários tipos. Dentre estes, inicia, no capítulo II, pelo estudo dos principados hereditários. Essa escolha não é casual, mas pertence à sua estratégia de persuasão. O objetivo é confrontar o leitor desde o início com um exemplo que os pensadores políticos privilegiaram durante a Idade Média. Aos olhos destes a autoridade do príncipe hereditário é considerada legítima, porque ascende ao poder por meios pacíficos. A linguagem adotada por Maquiavel é propositalmente conforme a da convenção: para que aquele que detém o poder por tê-lo recebido de seus ancestrais possa conservar seu domínio, basta “manter em vigor os princípios de seus antecessores (*l'ordine de' sua antenati*) e depois contemporizar com as situações novas” (*O Príncipe* II). E Maquiavel prossegue servindo-se expressamente da linguagem consagrada pela tradição: ao “príncipe natural” é suficiente uma “habilidade ordinária” para manter o poder, e se um adversário, servindo-se de uma “extraordinária e excessiva força”, consegue desalojá-lo, retornará ao posto na primeira dificuldade encontrada pelo “usurpador”, pois os súditos estão “acostumados à dinastia de seu príncipe” (*O Príncipe* II).

A linguagem, como podemos perceber, em nada difere daquela utilizada pela tradição clássica para caracterizar o governo legítimo do príncipe hereditário. A certeza de que Maquiavel se serve dela para persuadir seus leitores com o objetivo de alcançar uma aceitação mais fácil de seu ensinamento novo fica evidenciado nas linhas finais do capítulo: se o “príncipe natural” goza de segurança, argumenta ele, deve-se a dois fatores que não dependem de qualquer intrínseca legitimidade dessa forma de governo. A primeira razão é devida a que “tem menos motivos (*cagione*) e menor necessidade (*necessità*) de ofender” (*Príncipe* II) seus súditos; a segunda é porque “a antiguidade (*antiquità*) e a continuidade (*continuazione*) do domínio extinguem a lembrança e as causas das inovações” (*O Príncipe* II). Conseqüentemente, se o príncipe hereditário é “mais amado” do que o novo, isso não se deve ao fato de o regime daquele ser “conforme à natureza”, intrinsecamente legítimo, e o deste não. Na verdade, seu poder beneficia-se do fato de os súditos estarem “acostumados à dinastia do príncipe” de modo que basta a este não se fazer odiar por “vícios extraordinários” (*extraordinarii vizii*) para que mantenha o apoio dos súditos.

A tese de Maquiavel é de que entre “principado hereditário” e “principado novo” não há uma diferença substancial, mas só de vantagem decorrente de sua posição em relação aos adversários que é preciso submeter. A legitimidade dessa conclusão fica confirmada pela análise dos “principados novos” efetuada no ca-

pítulo seguinte: embora Maquiavel mantenha a validade da distinção entre “principado antigo” (herdado) e “principado novo” (usurpado), não a compreende mais por referência à idéia clássica de natureza, nem a relaciona a uma qualidade ética. A análise que ele faz, neste capítulo, das relações entre governantes e governados, afasta a imagem de um príncipe legítimo governando para o bem-estar dos súditos de acordo com um plano divino ou uma ordem natural. Este ensinamento contraria tudo o que a tradição clássica pregara acerca do governo legítimo. Maquiavel chega a ele servindo-se da estratégia da persuasão: para melhor convencer seus leitores e mostrar a novidade de seu ensinamento, utiliza-se da linguagem convencional, mas extrai dela conclusões opostas às consagradas por ela.

A estratégia da persuasão permite-nos também compreender o motivo de certas alterações feitas por Maquiavel na referência aos textos clássicos e até mesmo a deturpação de fatos históricos. Como exemplo do primeiro caso podemos referir uma citação, supostamente extraída de Tácito, com o objetivo de mostrar qual o melhor modo de comandar a multidão, se pelo emprego da clemência ou da crueldade: “Para comandar a multidão vale mais o castigo do que o favor” (*Discursos* III, 19).<sup>14</sup> Ocorre que a crítica especializada descobriu que a fórmula não só inexistente na obra de Tácito, como até na única passagem em que este compara “obsequium” a “poena” sustenta o contrário.<sup>15</sup> A “invenção” faz parte da arte retórica de Maquiavel: abrigo-se sob a autoridade venerável de um historiador antigo, pode subverter progressivamente todas as lições tradicionais e, sobretudo, os princípios que regem a arte de governar e de comandar consagrados no gênero espelho de príncipe. Para Colonna d’Istria (1980, p. 55), “a autoridade de Tácito é o cavalo de Tróia que penetra nos modelos de príncipe para melhor desarumar seus princípios e suas lições, até fazer triunfar o ensinamento de Maquiavel”.

Como exemplo de deturpação de acontecimentos históricos podemos citar a referência de Maquiavel, em *Histórias Florentinas*, às “batalhas sem mortos”. Numa passagem ele se refere à derrota de Zagonara, sofrida pelos florentinos em 1424 para Felipe Visconte, senhor da Lombardia: apesar “da extensão da derrota, comentada em toda a Itália, não morreu senão Lodovico degli Obizzi, juntamente com outros dois dos seus que, caídos do cavalo, se afogaram no lodo” (*Histórias Florentinas* livro IV, capítulo 6).<sup>16</sup> Em outro trecho, Maquiavel cita a vitória dos florentinos sobre o duque de Milão, em Anghiari, e faz igualmente um comentário irônico: “apesar de tamanha derrota [dos milaneses] e tão longo entrevero que durou de vinte a vinte e quatro horas, não morreu senão um homem. Este não morreu de ferimentos ou de algum outro virtuoso golpe, mas tendo caído

do cavalo, morreu pisoteado” (*Histórias Florentinas* V, 33). Segundo Alessandro Vontevicchi, o número de mortos referidos por Maquiavel não é o confirmado pelas fontes: teria havido em Anghiari pelo menos setenta mortos.<sup>17</sup> Nas duas ocasiões, o objetivo manifesto dessa alteração nos dados históricos parece claro: por tratar-se de batalhas travadas com exércitos mercenários (tanto por Florença, quanto por Milão), o propósito é convencer o leitor da inutilidade do emprego de tais forças. O comentário irônico confirma a hipótese: apesar da extensão das batalhas, as baixas não foram consequência da luta, e sim da imperícia: nas duas ocasiões, as vítimas “caíram do cavalo” e “afogaram-se no lodo”, ou “morreram pisoteadas”. É a estratégia da persuasão que comanda a lógica dessa retórica.

Maquiavel, como todos os grandes pensadores que o precederam, sabia que as verdades filosóficas, especialmente aquelas que dizem respeito à política, estão em conflito com a sociedade na qual se exprimem. O caráter subversivo da filosofia, sua pretensão de subverter o lugar comum do entendimento acerca das coisas, obriga o filósofo a utilizar-se de astúcia na arte de escrever. Maquiavel, mais do que qualquer outro filósofo político, analisou acontecimentos e personagens ainda em atividade no seu tempo. A astúcia que ele sugeria ao príncipe para governar a empregou na sua arte.

## NOTAS

<sup>1</sup> Doutor em Filosofia e professor da Unioeste - Campus de Toledo.

<sup>1</sup> Citaremos a obra *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio* segundo a tradução de MF publicada pela editora Martins Fontes (São Paulo, 2007), fazendo eventuais alterações somente quando as considerarmos necessárias para aproximar melhor o sentido ao texto original. Na seqüência, indicaremos as referências diretamente no corpo do texto, citando a obra pela primeira palavra do título e a remissão à parte da obra em romano e ao capítulo em arábico.

<sup>2</sup> Citaremos a obra *O Príncipe* segundo a tradução de Maria Júlia Goldwasser publicada pela editora Martins Fontes (São Paulo, 1998), fazendo modificações eventuais apenas quando for o caso de aproximar melhor o sentido ao original. Na seqüência, indicaremos as referências diretamente no corpo do texto através da remissão ao capítulo da obra.

<sup>3</sup> Confirma-se, a propósito disso, a seguinte passagem de *O Príncipe*: “Temos de entender, portanto, como nestes últimos tempos, desde que o Império começou a ser repellido da Itália e o papa adquiriu maior reputação na esfera temporal, dividiu-se a Itália em maior número de Estados” (Príncipe XII). Nos *Discursos* é ainda mais explícito: “portanto, nós, italianos, temos para com a Igreja e os padres essa primeira dívida, que é a de nos termos tornado sem religião e maus; mas temos ainda outra dívida, e maior, que é a segunda razão da nossa ruína. É que a Igreja manteve e mantém esta terra dividida” (*Discursos* I, 12).

- <sup>4</sup> Trata-se do superior do mosteiro de São Marcos que pregava na Catedral de Santa Maria das Flores de Florença contra os costumes mundanos do Renascimento, denunciando os abusos da Igreja. Na reorganização do Estado florentino, após a invasão de Carlos VIII, rei da França, em 1494, Savonarola passou a exercer decisiva influência nos quatro anos seguintes, assumindo o governo uma feição nitidamente teocrática. Excomungado em 1497 pelo Papa Alexandre VI, foi preso, torturado e acusado de impostura, sendo enforcado e queimado em praça pública em maio de 1498. As transformações do Estado florentino, que seguiram à queda de Savonarola, possibilitaram o ingresso de Maquiavel no governo da república de Florença.
- <sup>5</sup> Maquiavel entrou para o serviço público em 19 de junho de 1498 na condição de chefe da Segunda Chancelaria da república de Florença (RIDOLFI, 1954, p. 24), cargo que exerceu cumulativamente ao de Secretário dos Dez da Guerra a partir de 14 de julho do mesmo ano (RIDOLFI, 1954, p. 31) até sua destituição pelos Medici em 7 de novembro de 1512 (RIDOLFI, 1954, p. 201). A Segunda Chancelaria era responsável pelos assuntos internos e o Conselho dos Dez da Guerra pelos assuntos militares e relações diplomáticas em tempos de guerra (RIDOLFI, 1954, p. 30-31).
- <sup>6</sup> A “Senhoria” estava no topo da estrutura do poder executivo na república de Florença. Constituindo a suprema magistratura, era composta por nove priores: dois representantes de cada uma das quatro divisões (ou “gonfaldões”) da cidade mais um, o “*gonfaloniere* da justiça”, fornecido alternadamente por cada uma das divisões. Era assessorada por dois Conselhos: o Colégio dos Dezesesseis “Gonfaloneiros” e o Colégio dos Doze Anciãos. Apesar de o cargo de “Gonfaloneiro da Justiça” ser exercido costumeiramente por apenas dois meses, em 1502 o nome de Pedro Soderini foi aprovado como “Gonfaloneiro vitalício” da república de Florença, tendo exercido o cargo até a sua deposição pelos Medici, em setembro de 1512 (LARIVAILLE, 1988, p. 15 s).
- <sup>7</sup> MACHIAVELLI, Niccolò. Carta a uma “dama nobre”, de 16 de setembro de 1512. In: *Tutte le Opere*. Carta n. 195, p. 1127.
- <sup>8</sup> MACHIAVELLI, Niccolò. Carta a uma “dama nobre”, de 16 de setembro de 1512. In: *Tutte le Opere*. Carta n. 195, p. 1125.
- <sup>9</sup> MACHIAVELLI, Niccolò. Carta a uma “dama nobre”, de 16 de setembro de 1512. In: *Tutte le Opere*. Carta n. 195, p. 1125.
- <sup>10</sup> MACHIAVELLI, Niccolò. Carta a uma “dama nobre”, de 16 de setembro de 1512. In: *Tutte le Opere*. Carta n. 195, p. 1127.
- <sup>11</sup> Logo após a queda da cidade de Prato nas mãos dos espanhóis, os partidários dos Medici “e muitos outros cidadãos dos mais nobres dessa cidade, que desejavam recobrar sua reputação”, dirigiram-se ao palácio para “forçar o *gonfaloniere* a ir”. Contudo, “foram persuadidos por um cidadão qualquer a não cometer violência alguma, mas deixá-lo sair por acordo. E assim o *gonfaloniere*, acompanhado por eles próprios, voltou para casa e na noite seguinte com boa companhia e consentimento da Senhoria, mudou-se para Siena” (MACHIAVELLI, Niccolò. Carta a uma “dama nobre”, de 16 de setembro de 1512. In: *Tutte le Opere*. Carta n. 195, p. 1127-8).

- <sup>12</sup> Com efeito, se a crítica de Maquiavel, por mais severa que tenha sido, tivesse se limitado à condenação da cúria romana, não seria novidade na época. Lembremos apenas de dois exemplos: primeiro, do frei Girolamo Savonarola, que fez da crítica aos hábitos mundanos da cúria romana o tema fundamental de suas pregações; e o segundo, de Marsílio de Pádua, que já no século XIV havia feito da crítica ao clero o objeto de suas obras. Por isso, Maquiavel não teria nada de original se a sua crítica da religião se limitasse à retomada desses temas.
- <sup>13</sup> DOTTI, U. Niccolò Machiavelli. La fenomenologia del potere. Ap. SASSO, Gennaro. *Niccolò Machiavelli: Storia del suo pensiero politico*. Bolonha: Mulino, 1980, nota 11, p. 452.
- <sup>14</sup> Em latim no original: “In multitudine regenda plus poena quam obsequium”.
- <sup>15</sup> “Obsequium inde in principem et aemulandi amor validior quam poena ex legibus et metus” (Tácito, Anais, III, 55. Ap. COLONNA d’ISTRIA, 1980, p. 54).
- <sup>16</sup> MACHIAVELLI, Niccolò. *Istorie Fiorentine*. Nas próximas referências a esta obra, o número em romano corresponde ao do livro e aquele em arábico ao do capítulo.
- <sup>17</sup> MONTEVECCHI, Alessandro (org.) *Machiavelli: Istorie fiorentine e altre opere storiche e politiche*, Vol. II. Torino: Unione Tipografico-Editrice Torinese, 1986, nota n. 10, p. 575.

## REFERÊNCIAS

- BARINCOU, Edmond. *Maquiavel por ele mesmo*. Brasília: EdUnB, 1991.
- CANABARRO, Nelson. In: *História de Florença* de Nicolau Maquiavel. São Paulo: Musa Editora, 1994.
- COLONNA d’ISTRIA, Gerard. *L’Art Politique chez Machiavel*. Paris: Vrin, 1980.
- LARIVAILLE, Paul. *A Itália no tempo de Maquiavel*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- LEFORT, Claude. *Le travail de l’oeuvre Machiavel*. Paris: Gallimard, 1972.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Tradução de Maria Júlia Golwasser. São Paulo: Martins Fontes, 1988, 182p.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. Tradução de MF. São Paulo: Martins Fontes, 2007, 471p.
- MACHIAVELLI, Niccolò. *Tutte le Opere. A cura di Mario Martelli*. Firenze: Sansoni, 1992.
- MONTEVECCHI, Alessandro (org.) *Machiavelli: Istorie fiorentine e altre opere storiche e politiche*, Vol. II. Torino: Unione Tipografico-Editrice Torinese, 1986.
- RIDOLFI, Roberto. *Vita di Niccolò Machiavelli*. Roma: Belardetti, 1954.
- SASSO, Gennaro. *Niccolò Machiavelli: Storia del suo pensiero politico*. Bolonha: Il Mulino, 1980.
- STRAUSS, Leo. *Thoughts on Machiavelli*. Glencoe: The Free Press, 1958.